

Ato em Brasília defende liberdade sindical

No dia 11/11 foi realizado um Ato Público em Defesa da Liberdade de Organização e Autonomia Sindical na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. O Ato contou com cerca de 2.500 pessoas e foi organizado pelo nosso Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior -Andes-SN, Conlutas, Intersindical, Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais (CNESEF), Frente de Luta contra a Reforma Universitária, Via Campesina, Movimento Terra e Liberdade (MTL) e Associação dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz. O ato durou cerca de três horas e instou a ocorrência de duas audiências e uma reunião com deputados na Câmara Federal.

No Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) uma comissão foi recebida pelo chefe de gabinete do Ministro. No Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), os representantes do Andes-SN foram recebidos pelo ministro Carlos Lupi, que lembrou não ter sido em sua gestão que ocorreu a suspensão do registro sindical da entidade, e ficou de apresentar uma solução para o problema. Foi feita a promessa de que tal proposta seria apresentada aos dirigentes do Andes-SN no dia 19/11, pelo secretário de Relações do Trabalho do MTE, Luiz Antônio de Medeiros.

Câmara Federal

Simultaneamente, outros representantes do Andes-SN, funcionários técnico-administrativos e estudantes de várias universidades esta-



duais e federais eram recebidos por alguns deputados federais. Essa audiência na Câmara dos Deputados teve como objetivo estabelecer uma Frente Parlamentar em Defesa da Liberdade Sindical. A reunião foi coordenada pelo deputado Chico Alencar (PSOL) e estavam presentes os deputados Ivan Valente, Luciana Genro (ambos do PSOL) e Eudes Xavier (PT). O deputado Eudes Xavier compareceu à reunião na condição de representante da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados. To-

dos explicitaram o apoio ao Andes-SN na luta pela recuperação do registro suspenso de modo arbitrário e contra a imposição do imposto sindical.

No dia seguinte ao Ato, o professor Ciro Correa, presidente do Andes-SN, foi recebido em sessão deliberativa da CTASP. Na ocasião, os deputados aprovaram, por unanimidade, a criação de uma comissão de parlamentares em apoio ao Andes-SN, cuja composição seria definida nos próximos dias, e que será incumbida da intermediação entre o Sindicato Nacional, o MPOG e o MTE.



Manifestação em defesa do Andes-SN reuniu milhares na capital federal. Ao lado, o presidente do Sindicato Nacional, professor Ciro Correa. Abaixo, reunião com deputados federais, nas dependências da Câmara dos Deputados



Audiências sobre Orçamento 2009

Tiveram início em 17/11 as audiências públicas sobre o Orçamento estadual de 2009, promovidas pela Comissão de Finanças e Orçamento da Assembléia Legislativa (Alesp). Serão 11 ao todo, distribuídas pelas regiões administrativas e metropolitanas do Estado. As próximas audiências, sempre nas câmaras municipais das respectivas cidades (exceto a capital, onde a Alesp sediará o debate), são as seguintes:

São José do Rio Preto	24/11 às 11 horas
São Bernardo do Campo	25/11 às 10 horas
Bauri	27/11 às 11 horas
Marília	28/11 às 14 horas
Ribeirão Preto	1º/12 às 11 horas
São Paulo	2/12 às 14h30
Presidente Prudente	5/12 às 11 horas

Prêmio, ao invés de salário?

Na reunião de 4/11/2008 o Conselho Universitário aprovou a proposta de pagamento de um prêmio, em dinheiro, a docentes e funcionários a título de reconhecimento da excelência acadêmica da USP. A proposta da Reitoria era incluir docentes e funcionários em atividade e os aposentados que assinaram o “termo de adesão”. Os valores seriam cerca de R\$ 630 para funcionários e R\$ 1.270 para docentes. O pagamento do prêmio foi mantido pelo CO, alterando-se, entretanto, seu valor, que “será único para docentes e servidores técnico-administrativos” (Resolução USP 5.483, de 6/11/08).

Esse prêmio levanta uma série de questões. Primeiro, havendo recursos (Unesp e Unicamp incluídas), por que não discutir com o Fórum das Seis um reajuste salarial? Afinal, o ICMS cresceu, desde 2006, 30% acima dos salários. Em segundo lugar, excluir os aposentados que não assinaram o “termo de adesão” é um primeiro passo para reduzir, na prática, o valor das aposentadorias. Diferenciar a remuneração de ativos e aposentados por meio de políticas aparentemente justas foi amplamente adotada pelo governo estadual no caso dos docentes da rede de educação básica e, por certo, criará ao longo dos anos uma grande disparidade salarial entre ativos e aposentados.

Exclusão

Outra questão, ainda, é relativa ao embasamento da proposta: a Reitoria justifica o prêmio com base no “reconhecimento e a valorização das ações de seus docentes e servidores (...) que contribuem para o resultado institucional”. Ora, os aposentados e, também, os recentemente

afastados sem vencimentos, também excluídos, muito contribuíram para o atual resultado institucional. Afinal, o patrimônio humano da USP é fruto do trabalho de muitos aposentados, assim como os laboratórios são fruto do trabalho de docentes e

funcionários que os criaram. Por que excluí-los?

Surpresa geral

“Fomos surpreendidos com esta proposta”, relata a professora Lisete Arelaro, da Faculdade de Educação e membro do CO. Segundo

diz, mesmo os diretores de unidades pareciam desconhecer o seu teor, pois o texto foi enviado inicialmente para a Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP), onde foi aprovada por 5 votos a 1.

Na reunião do CO, a professora Lisete sugeriu à pro-

fessora Suely Vilela que seria mais condizente com as reivindicações das categorias a concessão de um aumento salarial de 10%, por exemplo. A Reitora, porém, respondeu que aumento salarial é “assunto privativo do Cruesp”.

AÇÃO DO GATILHO

Listas entregues pela USP precisam ser corrigidas

Cabe lembrar, sempre: a Adusp não coloca ou retira nomes da lista de beneficiários da ação do Gatilho. O que a Adusp tem feito é apontar incoerências e procurar explicações para as listas apresentadas que, apesar de refletirem nossa intervenção, são de inteira responsabilidade da Reitoria da USP. Não poderia ser de outra forma, uma vez que é ela que detém as informações cadastrais para que um docente possa ser classificado como beneficiário ou não da ação. A Adusp fez, e continuará fazendo, o trabalho de divulgar e analisar as informações prestadas oficialmente pela Reitoria e coletar as contestações que colegas nos apresentem, para encaminhá-las à Reitoria e, se necessário, pleitear ao juiz inclusões que sejam procedentes à luz da sentença.

No dia 17/11/2008 tivemos mais uma reunião com a Reitoria sobre a Ação do Gatilho, à qual compareceu, além do corpo jurídico e técnico, o vice-reitor Franco Lajolo. Este entregou formalmente as etiquetas de endereços de participantes da ação para que possamos enviar um jornal especial da Adusp com toda a classificação de beneficiários e excluídos da ação.

A Adusp manifestou ao professor Lajolo a insatisfação com o grande número



Reitoria e Adusp reúnem-se em 17/11

de inconsistências e indefinições que permaneciam nas listas, tanto aquela de beneficiários entregue ao juiz, quanto as outras de excluídos encaminhadas à Adusp. Lembramos que a responsabilidade última neste processo é da administração e não dos técnicos envolvidos nestas tarefas. Os atrasos por parte da USP já ultrapassaram em muito o limite do razoável e motivam a desconfiança, cada vez mais presente entre os docentes, de que a universidade estaria intencionalmente retardando a execução da ação.

Lembramos que, em 3/6/2008, a Universidade indicou que nos entregaria a lista de beneficiários em 60 dias. Esse prazo não foi cumprido e foi sobreposto por despacho do juiz que determinava que ela se manifestasse em 90 dias. A USP entregou a lista de beneficiários

à justiça em 20/10/2008 e, segundo compromisso assumido com a Adusp, também deveríamos receber as listas de exclusão, para que sua divulgação possibilitasse identificar eventuais equívocos de classificação. Passado um mês desde a entrega ao juiz, persistem erros tanto na listagem depositada em juízo quanto nas justificativas de exclusões que nos foram enviadas.

Esclarecimentos

Em 10/11/2008, a Adusp encaminhou mensagem apontando o conjunto de problemas que já havíamos identificado em todas as listas recebidas. Indicamos 35 nomes classificados como beneficiários e, ao mesmo tempo, excluídos por algum dos critérios da sentença. Outros 796 nomes da petição inicial, com identificação de número funcional, ainda não tive-

ram sua situação definida. Nesse grupo estão incluídos 150 nomes que já haviam sido apostilados no Diário Oficial de fevereiro de 2006. Repassamos, também, os nomes de 60 docentes que, em fevereiro de 2008, foram classificados pela universidade como “apostiláveis” em CD recebido pela Adusp, mas que não foram incluídos na lista de beneficiários. Nesta mensagem também apresentamos alguns casos de outra natureza para serem analisados. Além disso, na manhã do próprio dia da reunião, entregamos mais uma lista complementar com nomes publicados no Diário Oficial, em 2006, e que agora estão excluídos sem justificativa.

Durante a reunião, a equipe técnica reportou o que já havia feito com relação às questões apresentadas na mensagem enviada em 10/11/2008. Contudo, não se comprometeu com nenhum prazo para completar o trabalho. Insistimos em que a publicação do jornal sobre a ação do gatilho ficaria prejudicada sem essas informações. Além disso, solicitamos que a manifestação da USP, com eventuais alterações na lista de beneficiários, seja oficial, uma vez que haverá contradições com a lista de beneficiários já entregue ao juiz.

Univesp pode sobrecarregar docentes da USP

O debate “Ensino à Distância na USP?”, organizado pelo DCE-Livre Alexandre Vannucchi Leme e centros acadêmicos da Pedagogia (“Professor Paulo Freire”) e da Biologia (Cábio), realizado em 18/11, com participação de professores e estudantes, foi marcado por fortes críticas à Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), do governo estadual, bem como à adesão da USP ao projeto.

Em 2009, a Univesp deverá oferecer cursos virtuais de graduação em Pedagogia, Biologia e Ciências para 6.600 professores dos ensinos fundamental e médio, e de pós-graduação para outros 110.000 (vide reportagem “Pós’ à distância para professores? Serra manda, USP acata!”, *Informativo Adusp* 269).

No debate, na Faculdade de Educação (FE), houve questionamentos à concepção de ensino aligeirado, aos métodos autoritários de implantação — e mesmo, no tocante à USP, sem debate e sem a devida aprovação dos novos cursos em instâncias como o Conselho de Graduação (CoG) — e no uso com fins eleitorais.

O professor César Minto, da FE e vice-presidente da Adusp, enfatizou, ao fazer a exposição inicial, a necessidade do ensino presencial no processo de formação e a importância da interação professor-estudantes-objetos de conhecimento. Para ele, o uso do EàD como substituto do ensino presencial (e não como técnica complementar que pode ser bastante útil em situações específicas) encaixa-se numa visão de universidade contrária ao tripé ensino-pesquisa-extensão e que sempre subordina a expansão de vagas a formas alternativas de qualidade discutível.

César ponderou que, “no Estado mais rico da nação”, a rede estadual de ensino não tem, a rigor, “bibliotecas e laboratórios, nem previsão de ter”. Lembrou que diversos países com déficit educacional investiram em média 10% do PIB na educação, enquanto no Brasil investe-se menos de 4% do PIB; e que, diante do impacto das revelações da CPI da Educação (2000), o governo optou pelas seguintes respostas: 1) gratificações para os professores e 2) oferta de cursos modulares, aligeirados, e com expressiva carga horária à distância, como os denominados “PEC/FOR PROF” e os atuais.

“Tudo muda!”

O professor Gil Marques, do Instituto de Física e titular da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI), foi o único a defender entusiasticamente a Univesp. “Tudo muda. Os conceitos que a gente entende que se aplicam ao processo de ensino-aprendizagem podem hoje não servir mais. Estamos diante de novas tecnologias. Tudo está ficando diferente!”, disse. Para ele, ocorreu uma “mudança de paradigma”.

Gil considera que a USP tem uma “dívida social”, na medida em que existe um “enorme número de professores sem formação adequada” e que não dominam o conteúdo. Por isso, propõe que sejam ofertados “novos cursos de licenciatura de claro interesse social”, e seja agregado “um pouco mais de valor ao ensino, usando os novos materiais didáticos” (a partir das tecnologias digitais). No decorrer do debate, ele admitiu que o número inicial de vagas dos cursos de graduação é excessivo: “Certamente 5.000 acho demais”.

Bem diferente foi a posição defendida pela professora Maria Clara Di Pierro, membro da “Comissão de Acompanhamento da Univesp”, criada pela congregação da Faculdade de Educação. Para ela, as chamadas novas tecnologias “podem ser recursos úteis, mas são inapropriadas para a formação inicial na graduação”.

Maria Clara enxerga nos cursos propostos uma série de problemas e riscos, a começar pelo que chamou de “naturalização da impossibilidade de expansão do ensino superior presencial”. Relatou que a proposta, feita há tempos, de criação de um curso matutino na Faculdade de Educação “não anda”, porque não há interesse da universidade em ampliar a folha de pagamento com as necessárias contratações de pessoal.

Entre as incongruências da Univesp, ela assinalou o fato de que a oferta de cursos não se baseia em estudos criteriosos de demanda e de impacto sobre o mercado de trabalho. Para a professora da FE, “pensado exclusivamente para licenciatura”, o projeto subentende a criação de profissionais de qualidade diferenciada, o que é condenável: “Não vamos formar físicos à distância, mas vamos formar professores de física à distância”, exemplificou.

“Sobretabalho”

A Univesp, considera Maria Clara, opera com a ideia de ociosidade na jornada de trabalho docente, pois a própria reitora Suely Vilela informou que ninguém será contratado para esse projeto. “A ideia de que existe um ‘banco de horas’ dos pro-



Educação à Distância foi tema do debate em 18/11

fessores que poderá ser utilizado na Univesp preocupa, pois existe o risco de sobretabalho, de intensificação do trabalho docente”, adverte a professora, lembrando que a questão dos tutores e da estruturação das aulas não está sendo pensada.

O professor Bayardo Torres, do Instituto de Química, membro do grupo de trabalho que planejou o currículo de licenciatura à distância em Ciências, na gestão Adolpho Melfi, relatou a experiência: “Foram dois anos estruturando um currículo inteiramente novo”, esclareceu. No seu entender, nenhum curso pode ser aprovado ou reprovado simplesmente por ser presencial ou à distância: “O CoG aprova caso a caso”, frisou.

Ele realçou a importância da parte presencial do curso (45% da carga, no seu projeto). “Ninguém pensa em fazer um laboratório virtual”, disse. “Professor tem que ter estágio supervisionado”, acrescentou, em resposta a uma questão levantada pela professora Maria Clara. Segundo Bayardo, a criação de um Instituto do Aprendizado Eletrônico (nos moldes propostos por Gil Marques) é “imprescindível”. Ele decla-

rou-se “completamente favorável” à implantação da Univesp, desde que dentro desse modelo.

Flávia Ferrari, estudante de Biociências e membro do DCE, criticou os pressupostos do projeto Univesp. Afirmou que um estudo do MEC, de 2007, mostra que nas áreas cobertas pelas graduações oferecidas há mais licenciados do que a demanda existente. “A questão não é a falta de professores, mas a falta de estímulo”, criticou. A Congregação do IB aprovou, segundo Flávia, proposta de um pró-labore de 60% do salário aos docentes da unidade que vierem a participar da Univesp.

Na mesma linha, Flávio Petracioli, estudante de Geografia, também integrante do DCE, introduziu novos elementos no debate, ao reproduzir declarações de dirigentes de universidades virtuais europeias (Open University e Universidade de Hagen, na Alemanha) que literalmente vinculam o EàD às forças de mercado e ao neoliberalismo. Ele informou que as congregações da FFLCH e do IQ rejeitaram a Univesp, que só teria sido aprovada pela congregação do IB.

Estudantes de música pagam para gravar na ECA

Parece só mais uma das portas amarelas do Departamento de Música da ECA (CMU). Na porta semiaberta, um cartaz anuncia que se trata do Laboratório de Acústica Musical e Informática (LAMI), o espaço em que são desenvolvidas as disciplinas e pesquisas da área de Música Eletroacústica e Tecnologia Musical e que abriga um estúdio de gravação profissional. A entrada não é cercada por ninguém, mas qualquer um que precise usar o estúdio do CMU terá de pagar.

O sítio do laboratório na Internet elenca as atividades realizadas: O LAMI, informa, foi criado “para dar suporte às pesquisas acadêmicas da área de música e acústica que impliquem na utilização de recursos tecnológicos, bem como para servir de espaço para criação musical eletroacústica”.

Além da pesquisa, “o LA-

MI serve como base para a realização das disciplinas de graduação e pós-graduação na área de tecnologia musical no Departamento de Música da ECA-USP, e oferece suporte para a realização de gravações e produções de um repertório musical que encontra pouco espaço na mídia e em estúdios comerciais”.

Contudo, a página eletrônica não menciona que tais gravações exigem contrapartida em dinheiro.

Guardado e mantido por um funcionário do CMU, esse estúdio foi criado por volta de 1997, pelo professor Marcos Lacerda, simultaneamente às disciplinas da área de Música Eletroacústica e Tecnologia Musical. Em 1998, o professor Fernando Iazzetta assumiu as disciplinas e a coordenação da área ao lado de Lacerda. Em entrevista ao Informativo Adusp, Iazzetta declarou que o estúdio “foi inteiramente montado sem o di-

neheiro da USP” e que parte da manutenção depende da “prestação de serviços”.

Iazzetta diz tratar-se de um estúdio profissional de gravação, de estrutura cara, e que foi criado para servir aos projetos de pesquisa na área de Sonologia. A montagem desse espaço profissional ocorreu, explica, por intermédio da apresentação de sucessivos projetos de pesquisa à Fapesp, os quais previam verbas para a gravação em estúdio, que foram carreadas pelo LAMI.

Projetos de gravação, um deles realizado para a Petrobrás, também teriam subsidiado a construção; o dinheiro foi intermediado pela Fundação USP (Fusp), entidade privada de “apoio”.

“Tabela de custo”

“Às vezes a gente presta serviços”, diz o professor. Seguindo Iazzetta, esse “é um estúdio de pesquisa que ser-

ve eventualmente para prestação de serviços”. O que é obtido com a arrecadação, também mediada pela Fusp, “só dá para pagar a manutenção”. O professor explica que apenas quando há necessidade de um concerto ágil de equipamentos é que o estúdio aceita mais gravações; o espaço não está aberto ao uso indiscriminado.

Contando com uma “tabela de custo de hora”, o estúdio tem preços “bem abaixo dos de mercado”, diz o professor. Para a comunidade externa, a hora de gravação fica por cerca de R\$ 70; para os estudantes do CMU, informa o funcionário do estúdio, os preços são mais baixos: R\$ 30 a hora de edição; R\$ 40 a hora de gravação. A prioridade de uso é dada “aos projetos que têm a ver com pesquisa ou com claro vínculo acadêmico”.

A cobrança de valores pelo uso do equipamento tem

motivado reclamações de estudantes. Filipe Domingues Alberti, diretor do Centro Acadêmico Lupe Cotrim (CALC) e estudante do terceiro ano do CMU, explica que a existência do estúdio é quase desconhecida pela maioria dos alunos: “Não é uma discussão que contamina muito. Mas os que sabem que existe não concordam com o pagamento”. Ele relata que, “a portas fechadas”, as atividades do estúdio não são divulgadas, nem são convidados os alunos para acompanhar as gravações: “A gente, como aluno, não sabe o que tem naquele estúdio”.

Alberti afirma desconhecer as pesquisas a que o estúdio dá apoio e imagina que essas atividades sejam do corpo docente ou de grupos de pesquisa bastante específicos. “A gente pode classificar isso como utilização do espaço público de forma privada”, diz Alberti em nome do CALC.

Caro associado, está chegando a hora de descontrair...

Baile da Adusp 2008

**Dia 5 de dezembro,
a partir das 20 horas,
no Clube dos Professores**

Jantar e música ao vivo com pista de dança.
Pede-se confirmar presença até o dia 2/12
por telefone (3091-4466)
ou e-mail (secretaria@adusp.org.br).
Este convite é intransferível e válido para duas pessoas.



Deliberações da Assembléia da Adusp de 13/11/08

Por unanimidade, a Assembléia Geral da Adusp:

1. Repudia a recusa do CRUESP de discutir e definir um reajuste salarial que reponha parte das enormes perdas que os servidores das universidades estaduais paulistas têm sofrido ao longo de sua história. O crescimento das receitas do ICMS do Estado torna inaceitável esta posição dos Reitores;

2. Considera que as diversas iniciativas dos governos estadual e federal, referentes ao ensino à distância, precisam passar por uma ampla discussão que abranja os departamentos, as unidades envolvidas e os diversos colegiados aos quais a matéria é afeta. Decisões tomadas a reboque dos governos estadual e federal podem ter sérias consequências nas atividades da universidade, em especial no que se refere aos cursos de formação de professores para os ensinos fundamental e médio;

3. Solicita maior empenho e agilidade da Reitoria no trato das questões relativas à Ação do Gatilho. Não é razoável que, passados quase três anos da publicação da decisão do juiz, a Reitoria ainda não tenha cumprido a sentença judicial.